

É CRIME QUERER O JUSTO?

Jesualdo Cavalcanti Barros*

A barragem de Boa Esperança não seria construída, se dependesse exclusivamente da opinião dos tecnocratas, que juravam de pés juntos que o Piauí e o Maranhão jamais absorveriam a energia por ela produzida. E, no entanto, hoje penamos pela falta de energia, tanto que, por esse motivo, não são poucos os empreendedores que desdenham do Piauí para seus investimentos. Pior é que esse mesmo tipo de gente vem emperrando a construção de novas barragens no rio Parnaíba, enquanto no Estado do Tocantins já foram construídas três, nos últimos vinte anos. E outras estão a caminho.

É fácil tecer loas à explosiva produção agrícola dos cerrados piauienses, motivo de orgulho de todos nós, mas omitem que ela é obra exclusiva de anônimos e heroicos produtores. Estes produzem, e engordam nossa pauta de exportações, apesar da falta de apoio dos governos. E poderiam produzir muito mais, se houvesse a infraestrutura necessária, como energia e estradas. É revoltante constatar como esses produtores se sacrificam para manter sofisticadas instalações à base do oneroso diesel. E mais: para não perderem a produção, como se vêem forçados a construir e conservar as estradas que o governo não fez nem conserva. Pois certos governantes (nisto é justo excluir o governador Wilson Martins) preferem realizar a política da empulhação: besuntar de asfalto pequenos trechos, embalar a autoestima dos incautos e ganhar o voto dos grotões. Para os truques da propaganda enganosa, quase tudo! Para as obras estruturantes, voltadas para a produção, quase nada! E assim marcha o Piauí, ao longo dos séculos, exibindo os piores índices de pobreza.

Em tal ritmo, muitos não estão nem aí, por exemplo, para a sorte de milhares de estudantes, os quais, depois de alisarem bancos escolares por anos a fio, não sabem o que fazer com os diplomas que conquistaram com tanto sacrifício para si e suas famílias. Também não se abalam ante a necessidade de uma política verdadeira de redução da pobreza e das desigualdades regionais, que deve estribar-se na justa aplicação e distribuição dos recursos públicos. Isto é, em aplicar mais nas regiões mais pobres, de modo a reduzir o abismo entre pobres e ricos. Ao contrário, preferem manter o círculo vicioso da pobreza, dando mais a quem já tem,

e enganando os outros com meras esmolas. Por isso, acham natural que o País gaste R\$ 50 bilhões na construção da linha de trem-bala entre Rio e São Paulo, ao mesmo tempo em que nega meio por cento desse valor ao metrô de Teresina. Igualmente, preferem distribuir o Bolsa Família (entre R\$ 32 e R\$ 242 mensais) a milhões de carentes, a promover uma equitativa distribuição dos recursos arrecadados pela União, de modo a abrir oportunidades de trabalho e renda que dignifiquem a cidadania. Não são poucos os travestidos de progressistas que ainda têm a desfaçatez de afirmar que esse é o caminho seguro para o desenvolvimento do Piauí. Por isso, renegando o mandato popular, nada reivindicam ao governo federal, nada trazem de Brasília para o Piauí, peso morto que são. E assim, babando de alegria e estufando o peito, limitam-se a comemorar a multiplicação desses miseráveis bolsistas.

Pois bem. Tais considerações vêm a propósito da postura de algumas figuras do Piauí ante o movimento pela criação do Estado do Gurgueia. Para combaterem, por sinal com uma odiosidade extremada e injustificável (ameaçam até pegar em armas!), esse projeto redentor concebido por piauienses e voltado para a busca cidadã de uma saída definitiva para a pobreza do Piauí, eles não procuraram aprofundar o estudo do assunto, pois não se esforçaram por pesquisar as causas de nosso processo de empobrecimento; não analisaram nossos humilhantes indicadores econômicos e sociais; as implicações decorrentes da possível criação de outros Estados; os exemplos bem-sucedidos de redivisão territorial nem os ganhos que a redistribuição do bolo tributário nacional traria para as finanças da área territorial que compreende o Piauí, como seria de esperar-se de tantas cabeças doutorais, vaidosas, pedantes, emplumadas. Não! Festivos e preguiçosos como sempre, e preocupados apenas em conservar o poder no qual se refestelam à tripa forra, com suas ONGs milionárias (hoje, alvos preferenciais da Polícia por desvios de recursos públicos), recorrem justamente a determinados tipos de tecnocratas e empresários. Enrolados num cipoal de equívocos e assustados ante o crescente apoio popular à criação do Estado do Gurgueia, valem-se de opiniões negativas de quem nada tem com o Piauí, não gosta dos piauienses, não conhece nossos problemas nem compreende nossos anseios. De alguém que, se tivesse de emitir parecer sobre a viabilidade do Piauí como Estado, não me surpreenderia se o julgasse inteiramente inviável, e até recomendasse sua extinção.

Já não tiraram o Piauí do mapa do Brasil? Já não afirmaram que, se o Piauí fosse extinto, o Brasil nem notaria? Com todo respeito: que esperar, portanto, de gente que, sem ideias próprias, apenas se limita a repetir o que os outros pensam e dizem? Estes, pelo menos, estão a defender seus interesses: não querem que o Nordeste tenha peso econômico e político, permanecendo apenas como fornecedor de mão de obra escrava para suas cozinhas, lavouras e indústrias. E eles? Apenas o tacanho hábito de se conservarem acomodados e pobres, inclusive de espírito.

Um dos argumentos que eles teimam em apresentar diz respeito ao suposto aumento das despesas públicas que os novos Estados acarretariam com novos tribunais, assembleias etc. O Estado do Gurgueia, segundo eles, custaria R\$ 900 milhões. Ora, bolas, o governo federal, através do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal, adquiriu recentemente, por quase R\$ 10 bilhões, dois bancos sediados em São Paulo. Um deles – o Votorantim – pertencia ao grupo de Antônio Ermírio de Moraes. Na visão de quem se beneficiou, o governo federal está certíssimo em socorrer empreendimentos fracassados, mesmo usando, para isso, o suado dinheirinho do povo. Entretanto, esses recursos seriam suficientes para montar, no mínimo, dez Estados do Gurgueia, incorporando ao processo de desenvolvimento nacional regiões de grandes potencialidades, infelizmente esquecidas dos poderes públicos. É curioso que esses arremedos de progressistas, que escolheram o empresário paulista como orientador ideológico, permaneçam cegos, mudos e surdos a esse achaque ao Erário. Existe pior tipo de colonialismo?

Pois bem. Mais Estados significa mais dinheiro circulando fora do Sul Maravilha, provocando a desconcentração da riqueza e do poder, interiorizando o desenvolvimento, gerando produção, emprego e renda, abrindo oportunidades para populações marginalizadas, estancando os humilhantes comboios de boias-frias em busca da miragem sulina e fortalecendo a cidadania. É crime querer o justo?

**Presidente do Centro de Estudos e Debates do Gurgueia*